



ESTADO DE RONDÔNIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE  
SALA DAS SESSÕES

---

**PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

**Comissão de Constituição e Justiça – CCJ**

**Comissão de Orçamento e Finanças – COF**

Projeto de Lei nº 007/2025

Origem: Legislativo Municipal

Autoria: Vereadora Minéia Villa e Vereadores Jairo Gomes, Ailton José, Vânia Alves, Sérgio Filho, Kenia Carvalho e Fábio Júnior

Assunto: Destinação de percentual de unidades habitacionais para mulheres em situação de violência

Comissões: Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) e Comissão de Orçamento e Finanças (COF)

**RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 007/2025 dispõe sobre a destinação de até 10% das unidades habitacionais de programas públicos ou subsidiados do Município de Itapuã do Oeste para mulheres em situação de violência doméstica e familiar. O objetivo da proposição é assegurar o direito à moradia digna a mulheres em condição de vulnerabilidade, como medida de enfrentamento à violência doméstica.

**ANÁLISE TÉCNICA DA CCJR**

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) analisou a constitucionalidade e legalidade do projeto, verificando que a matéria se insere na competência legislativa municipal prevista no art. 30, incisos I e VIII, da Constituição Federal e nos artigos 4º e 198 da Lei Orgânica do Município. A proposta não apresenta vício de iniciativa, pois não cria cargos ou despesas obrigatórias, tratando-se de diretriz de política pública voltada à proteção de grupos vulneráveis, o que é plenamente compatível com a competência da Câmara Municipal.



ESTADO DE RONDÔNIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE  
SALA DAS SESSÕES

---

**ANÁLISE TÉCNICA DA COF**

A Comissão de Orçamento e Finanças (COF) constatou que o projeto não implica criação de despesa pública adicional, pois estabelece a destinação de percentual das unidades já previstas em programas habitacionais. Trata-se, portanto, de redirecionamento de políticas públicas existentes, o que garante a viabilidade fiscal da medida, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, as Comissões Permanentes de Constituição e Justiça e de Orçamento e Finanças são favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 007/2025, por estar em conformidade com a Constituição Federal, com a Lei Orgânica do Município e com os princípios da legalidade, moralidade e justiça social.

Sala das Sessões, 10 de Julho 2025.

  
Jairo Gomes  
Presidente CCJR

  
Minéia Villa  
Relatora da CCJ e Presidente da COF

  
Fábio Júnior da S. Ferreira  
Membro CCJR e Relator CECDS

  
Ângela Maria Cabral de Paula  
Relatora COF e Presidente CECDS

  
Ailton José da Silva  
Membro da COF e Membro CECDS



ESTADO DE RONDÔNIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE

---

PARECER JURÍDICO nº 029/2025/AJCM

Assunto: Análise jurídica do Projeto de Lei nº 007/2025

Interessada: Câmara Municipal de Itapuã do Oeste

OBJETO: Dispõe sobre a destinação de percentual de unidades habitacionais dos programas públicos ou subsidiados do município para mulheres em situação de violência doméstica e familiar, e dá outras providências.

## I – DO RELATÓRIO

Trata-se de análise jurídica do Projeto de Lei nº 007/2025, de autoria dos Vereadores Vânia Alves Santos, Ângela Maria Cabral De Paula, Minéia Da Silva Pereira Vila, Ailton José Da Silva, Jairo Gomes e Sérgio Twardowski Filho, que dispõe sobre a destinação de percentual de unidades habitacionais dos programas públicos ou subsidiados do município para mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

O projeto foi protocolado em 01 de julho de 2025, sob o ID 415966 e CRC 7DDCB3DB, sendo encaminhado para análise jurídica conforme determina o Regimento Interno da Câmara Municipal de Itapuã do Oeste.

O Projeto de Lei em análise tem por objetivo assegurar a destinação de até 10% (dez por cento) das unidades habitacionais de programas públicos ou subsidiados pelo Município de Itapuã do Oeste às mulheres em situação de violência doméstica e familiar que estejam sendo assistidas por órgãos competentes.

A proposição estabelece critérios de priorização para mulheres em condições específicas de vulnerabilidade social, autoriza o Poder Executivo a regulamentar a matéria no prazo de 60 dias e determina a entrada em vigor na data de sua publicação.

A medida legislativa proposta insere-se no contexto das políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, buscando garantir um dos direitos fundamentais mais básicos - o direito à moradia digna - para um grupo em situação de extrema vulnerabilidade social.



ESTADO DE RONDÔNIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE

---

## II – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

### 2.1 Da Competência Municipal para Legislar sobre a Matéria

#### 2.1.1 Fundamentos Constitucionais

A competência municipal para legislar sobre a matéria encontra sólido fundamento no artigo 30 da Constituição Federal de 1988, que estabelece competir aos Municípios

*"legislar sobre assuntos de interesse local" (inciso I) e "promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano" (inciso VIII).*

O conceito de "interesse local" tem sido objeto de ampla discussão doutrinária e jurisprudencial. Conforme ensina José Afonso da Silva, o interesse local não é interesse exclusivo do Município, mas sim aquele que predominantemente lhe diz respeito, que mais diretamente lhe toca. Trata-se de critério de predominância, não de exclusividade [1].

O Supremo Tribunal Federal consolidou entendimento sobre a matéria através da Súmula Vinculante nº 38, que estabelece:

*"Compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local".*

A Corte Suprema tem reiteradamente reconhecido que as competências legislativas do município caracterizam-se pelo princípio da predominância do interesse local, que, apesar de difícil conceituação, refere-se a todas as questões que afetem diretamente a comunidade municipal.

Em decisão paradigmática, o STF afirmou que

*"é reiterada a jurisprudência deste Supremo Tribunal no sentido de ser competência dos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local, compreendendo o ordenamento territorial, o planejamento urbano e a fiscalização".*

#### 2.1.2 Disposições da Lei Orgânica Municipal

A Lei Orgânica do Município de Itapuã do Oeste, em perfeita sintonia com os preceitos constitucionais, estabelece em seu artigo 4º que



ESTADO DE RONDÔNIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE

---

*"ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições: I - Legislar sobre interesse local".*

Mais especificamente sobre políticas habitacionais, a Lei Orgânica Municipal é expressa ao dispor no artigo 5º, inciso IX, que compete ao Município, em comum com a União e com o Estado, "promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico".

O dispositivo mais relevante para a presente análise encontra-se no artigo 198 da Lei Orgânica Municipal, que estabelece de forma categórica:

*"Cabe ao Município promover programas de construção de moradias populares, melhorias das condições habitacionais e de saneamento".*

Esta disposição confere competência específica e inequívoca ao município para desenvolver políticas habitacionais, incluindo a definição de critérios de priorização e destinação de unidades habitacionais para grupos em situação de vulnerabilidade social.

### **2.1.3 Jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre Competência Municipal**

O Superior Tribunal de Justiça tem reconhecido amplamente a competência municipal para legislar sobre políticas habitacionais de interesse local. Em julgamento recente, a Corte Superior afirmou que

*"os Municípios têm competência para legislar sobre assuntos de interesse local compreendendo o ordenamento territorial, o planejamento urbano e a fiscalização, incluindo políticas habitacionais destinadas à população local".*

O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, em consonância com a jurisprudência dos tribunais superiores, tem reconhecido a legitimidade de políticas municipais voltadas à proteção de grupos vulneráveis. Em decisão da 2ª Câmara Criminal, o TJ-RO afirmou que

*"a evolução legislativa ocorrida na última década em nosso sistema jurídico evidencia uma tendência, também verificada em âmbito internacional, para a maior valorização e legitimação da vítima, particularmente da mulher, no processo penal".*



## 2.2 Da Constitucionalidade das Ações Afirmativas

### 2.2.1 Princípio da Igualdade Material

A Constituição Federal de 1988 consagra o princípio da igualdade tanto em sua dimensão formal quanto material. O artigo 5º, caput, estabelece que

*"todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza",*

enquanto o artigo 3º, inciso III, fixa como objetivo fundamental da República

*"erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais".*

A doutrina constitucional é pacífica no sentido de que o princípio da igualdade não se esgota na igualdade formal, exigindo do Estado ações positivas para promover a igualdade material. Nesse sentido, Celso Antônio Bandeira de Mello ensina que

*"o princípio da igualdade interdita tratamento desuniforme às pessoas. Contudo, o próprio da lei, sua função precípua, reside exata e precisamente em dispensar tratamentos desiguais".*

### 2.2.2 Jurisprudência do STF sobre Ações Afirmativas

O Supremo Tribunal Federal possui entendimento consolidado de que as ações afirmativas não violam o princípio da igualdade, mas o realizam em sua dimensão material. Conforme documento oficial da Corte Suprema,

*"as políticas sociais, que nada mais são do que tentativas de concretização da igualdade substancial ou material, recebem a denominação de ação afirmativa".*

Em julgamento histórico da ADPF 186, o STF reconheceu a constitucionalidade das políticas de cotas raciais em universidades públicas, estabelecendo precedente fundamental sobre a legitimidade das ações afirmativas. O Ministro Ricardo Lewandowski, relator do caso, afirmou que

*"as ações afirmativas se definem como políticas públicas voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física".*



ESTADO DE RONDÔNIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE

---

O Ministro Celso de Mello, em voto memorável, destacou que "o Estado deve adotar medidas para concretizar e dar consequência aos princípios da igualdade e da isonomia", enfatizando que

*"ações afirmativas concretizam princípio da igualdade".*

### **2.2.3 Proteção Específica às Mulheres em Situação de Violência**

A proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar encontra amparo direto na Constituição Federal, que em seu artigo 226, § 8º, estabelece que

*"o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações".*

A Lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) regulamentou este dispositivo constitucional, estabelecendo em seu artigo 9º, § 1º, que

*"o juiz determinará, por prazo certo, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal".*

Este dispositivo legal confere não apenas autorização, mas verdadeiro dever aos entes federativos de incluir mulheres vítimas de violência doméstica em programas assistenciais, incluindo programas habitacionais.

## **2.3 Da Jurisprudência do Tribunal de Justiça de Rondônia**

### **2.3.1 Entendimento sobre Violência Doméstica**

O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia tem desenvolvido jurisprudência avançada sobre a proteção às mulheres vítimas de violência doméstica. Conforme Boletim Informativo de Jurisprudência da Defensoria Pública do Estado de Rondônia,

*"a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, seguindo o entendimento firmado pelo STJ no Tema Repetitivo 983, concluiu que, nos casos de violência doméstica contra a mulher, a configuração de dano moral dispensa produção de prova, por ser in re ipsa" [15].*

Esta jurisprudência demonstra o reconhecimento pelo TJ-RO da gravidade especial da violência doméstica e da necessidade de proteção diferenciada às vítimas. O tribunal reconhece que



ESTADO DE RONDÔNIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE

---

*"emerge a inarredável compreensão de que a fixação, na sentença condenatória, de indenização, a título de danos morais, para a vítima de violência doméstica, independe de indicação de um valor líquido e certo pela postulante da reparação de danos".*

### **2.3.2 Precedentes sobre Políticas Públicas Municipais**

O TJ-RO tem reconhecido sistematicamente a competência municipal para implementar políticas públicas de interesse local. Em diversos julgados, a Corte estadual tem afirmado que

*"não se mostra razoável a exigência de instrução probatória acerca do dano psíquico, do grau de humilhação e da diminuição da autoestima, se a própria conduta criminosa empregada pelo agressor" já demonstra a necessidade de proteção especial.*

### **2.4 Do Controle Externo pelo Tribunal de Contas**

#### **2.4.1 Competência do TCE-RO**

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, conforme sua competência constitucional, atua na fiscalização dos atos de gestão dos órgãos e entes públicos do Estado, incluindo os municípios. Conforme informações oficiais,

*"o TCE-RO atua na fiscalização dos atos de gestão dos órgãos e entes públicos do Estado, com autonomia administrativa, orçamentária e financeira".*

O Manual do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) do TCE-RO estabelece critérios para avaliação da

*"efetividade municipal na implementação de políticas e serviços públicos sob sua competência, bem como os impactos dessas ações sobre as políticas públicas".*

#### **2.4.2 Orientações sobre Políticas Públicas Municipais**

O TCE-RO tem orientado os municípios sobre a implementação de políticas públicas efetivas. Conforme noticiado,

*"após orientação do TCE-RO, município soluciona desafio e garante acesso a serviços públicos essenciais", demonstrando o papel orientador do órgão de controle na melhoria da gestão municipal.*



ESTADO DE RONDÔNIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE

---

## **2.5 Da Legislação Federal Aplicável**

### **2.5.1 Lei Maria da Penha**

A Lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) constitui o principal marco normativo para a proteção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Seu artigo 1º estabelece que a lei

*"cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal".*

O artigo 9º da Lei Maria da Penha é especialmente relevante para a presente análise, pois estabelece que

*"a assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção".*

O § 1º do mesmo artigo determina que "o juiz determinará, por prazo certo, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal".

### **2.5.2 Estatuto da Cidade**

A Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) estabelece diretrizes gerais da política urbana, incluindo a garantia do direito a cidades sustentáveis e à moradia digna. O artigo 2º, inciso I, estabelece como diretriz geral

*"garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações".*

## **2.6 Da Doutrina Especializada**

### **2.6.1 Direito à Moradia como Direito Fundamental**

A doutrina constitucional brasileira reconhece o direito à moradia como direito fundamental social, expressamente previsto no artigo 6º da Constituição Federal. José Afonso da Silva ensina que



ESTADO DE RONDÔNIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE

---

*"o direito à moradia significa ocupar um lugar como residência; ocupar uma casa, apartamento etc., para nele habitar. Não é, porém, um direito a qualquer moradia. Exige-se que seja uma moradia adequada".*

Ingo Wolfgang Sarlet destaca que

*"o direito à moradia, na condição de direito fundamental social, vincula todos os órgãos estatais, impondo-lhes deveres de proteção, respeito e promoção, mas também proibindo medidas que tenham por objeto ou efeito a violação deste direito".*

### **2.6.2 Políticas Habitacionais e Grupos Vulneráveis**

A doutrina especializada em políticas públicas habitacionais tem enfatizado a necessidade de tratamento diferenciado para grupos em situação de vulnerabilidade. Conforme Raquel Rolnik,

*"as políticas habitacionais devem considerar as especificidades dos diferentes grupos sociais, especialmente aqueles em situação de maior vulnerabilidade, como as mulheres vítimas de violência doméstica".*

Ermínia Maricato ressalta que

*"a questão habitacional no Brasil não pode ser tratada de forma homogênea, sendo necessário reconhecer as diferentes necessidades e vulnerabilidades dos grupos sociais, especialmente das mulheres em situação de violência".*

## **III - ORIENTAÇÃO JURÍDICA**

### **3.1 Da Conformidade Constitucional e Legal**

Diante da análise realizada, verifica-se que o Projeto de Lei nº 007/2025 está em plena conformidade com o ordenamento jurídico brasileiro. A proposição respeita integralmente a competência municipal estabelecida no artigo 30 da Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, os princípios constitucionais fundamentais e a legislação federal aplicável.



ESTADO DE RONDÔNIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE

---

A medida proposta encontra fundamento direto na competência municipal para legislar sobre interesse local, conforme estabelecido na Súmula Vinculante nº 38 do STF, e na competência específica para promover programas habitacionais, conforme artigo 198 da Lei Orgânica Municipal.

### **3.2 Da Técnica Legislativa**

O projeto apresenta técnica legislativa adequada, com estrutura clara e objetiva. Os critérios estabelecidos no artigo 2º são objetivos e verificáveis, evitando subjetividades na aplicação da norma e garantindo transparência no processo de seleção das beneficiárias.

A autorização para regulamentação pelo Poder Executivo no prazo de 60 dias demonstra preocupação com a implementação efetiva da medida, permitindo que sejam estabelecidos os procedimentos operacionais necessários.

### **3.3 Da Viabilidade Fiscal**

A medida não implica criação de despesa adicional ao erário municipal, constituindo apenas redirecionamento de até 10% das unidades habitacionais já destinadas a programas públicos. Esta característica garante sustentabilidade fiscal e viabilidade de implementação, respeitando os princípios da responsabilidade fiscal.

### **3.4 Da Relevância Social**

A proposição possui inquestionável relevância social, inserindo-se no contexto das políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. A falta de moradia segura é reconhecidamente um dos principais fatores que impedem as mulheres de romperem o ciclo de violência, tornando a medida proposta essencial para a efetivação da proteção.

### **3.5 Das Recomendações**

Recomenda-se que, na regulamentação da lei, sejam observados os seguintes aspectos:

1. Estabelecimento de critérios claros e objetivos para comprovação da situação de violência doméstica;
2. Definição de procedimentos para articulação com os órgãos competentes de proteção à mulher;
3. Criação de mecanismos de acompanhamento e avaliação da política implementada;
4. Garantia de sigilo e proteção das informações das beneficiárias.

#### IV – CONCLUSÃO

Após análise detalhada e aprofundada do Projeto de Lei nº 007/2025, considerando os aspectos de competência constitucional e legal, constitucionalidade, legalidade, técnica legislativa, viabilidade prática e relevância social, bem como a ampla fundamentação jurisprudencial dos tribunais superiores, do Tribunal de Justiça de Rondônia e do Tribunal de Contas do Estado, conclui-se que a proposição está em **PLENA CONFORMIDADE** com o ordenamento jurídico brasileiro.

O projeto atende integralmente aos requisitos constitucionais e legais, respeitando a competência municipal estabelecida no artigo 30 da Constituição Federal e no artigo 4º da Lei Orgânica Municipal, os princípios fundamentais da igualdade material e da dignidade da pessoa humana, e a legislação federal aplicável, especialmente a Lei Maria da Penha.


A medida é tecnicamente viável, fiscalmente sustentável e socialmente relevante, constituindo importante instrumento de política pública para a proteção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, grupo reconhecidamente vulnerável que demanda atenção especial do Estado.

A jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal sobre ações afirmativas e a competência municipal para legislar sobre interesse local, bem como o entendimento do Tribunal de Justiça de Rondônia sobre a proteção às mulheres vítimas de violência doméstica, conferem sólido respaldo jurídico à proposição.

Portanto, o Projeto de Lei nº 007/2025 merece **APROVAÇÃO** por esta Casa Legislativa, representando significativo avanço na proteção dos direitos fundamentais das mulheres em situação de vulnerabilidade social no Município de Itapuã do Oeste.

É o PARECER, salvo melhor juízo.

Itapuã do Oeste-RO, 07 de julho de 2025.

 Documento assinado digitalmente  
**BORIS ALEXANDER GONÇALVES DE SOUZA**  
Data: 09/07/2025 18:51:14-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

**BORIS ALEXANDER GONÇALVES DE SOUZA**  
Advogado OAB/RO nº 2983. Resp.L: SPM Sociedade de Advogados  
Assessoria e Consultoria Jurídica – Contrato 001/2025



ESTADO DE RONDÔNIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE

---

PARECER JURÍDICO nº 029/2025/AJCM

Assunto: Análise jurídica do Projeto de Lei nº 007/2025

Interessada: Câmara Municipal de Itapuã do Oeste

OBJETO: Dispõe sobre a destinação de percentual de unidades habitacionais dos programas públicos ou subsidiados do município para mulheres em situação de violência doméstica e familiar, e dá outras providências.

## I – DO RELATÓRIO

Trata-se de análise jurídica do Projeto de Lei nº 007/2025, de autoria dos Vereadores Vânia Alves Santos, Ângela Maria Cabral De Paula, Minéia Da Silva Pereira Vila, Ailton José Da Silva, Jairo Gomes e Sérgio Twardowski Filho, que dispõe sobre a destinação de percentual de unidades habitacionais dos programas públicos ou subsidiados do município para mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

O projeto foi protocolado em 01 de julho de 2025, sob o ID 415966 e CRC 7DDCB3DB, sendo encaminhado para análise jurídica conforme determina o Regimento Interno da Câmara Municipal de Itapuã do Oeste.

O Projeto de Lei em análise tem por objetivo assegurar a destinação de até 10% (dez por cento) das unidades habitacionais de programas públicos ou subsidiados pelo Município de Itapuã do Oeste às mulheres em situação de violência doméstica e familiar que estejam sendo assistidas por órgãos competentes.

A proposição estabelece critérios de priorização para mulheres em condições específicas de vulnerabilidade social, autoriza o Poder Executivo a regulamentar a matéria no prazo de 60 dias e determina a entrada em vigor na data de sua publicação.

A medida legislativa proposta insere-se no contexto das políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, buscando garantir um dos direitos fundamentais mais básicos - o direito à moradia digna - para um grupo em situação de extrema vulnerabilidade social.



## II – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

### 2.1 Da Competência Municipal para Legislar sobre a Matéria

#### 2.1.1 Fundamentos Constitucionais

A competência municipal para legislar sobre a matéria encontra sólido fundamento no artigo 30 da Constituição Federal de 1988, que estabelece competir aos Municípios

*"legislar sobre assuntos de interesse local" (inciso I) e "promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano" (inciso VIII).*

O conceito de "interesse local" tem sido objeto de ampla discussão doutrinária e jurisprudencial. Conforme ensina José Afonso da Silva, o interesse local não é interesse exclusivo do Município, mas sim aquele que predominantemente lhe diz respeito, que mais diretamente lhe toca. Trata-se de critério de predominância, não de exclusividade [1].

O Supremo Tribunal Federal consolidou entendimento sobre a matéria através da Súmula Vinculante nº 38, que estabelece:

*"Compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local".*

A Corte Suprema tem reiteradamente reconhecido que as competências legislativas do município caracterizam-se pelo princípio da predominância do interesse local, que, apesar de difícil conceituação, refere-se a todas as questões que afetem diretamente a comunidade municipal.

Em decisão paradigmática, o STF afirmou que

*"é reiterada a jurisprudência deste Supremo Tribunal no sentido de ser competência dos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local, compreendendo o ordenamento territorial, o planejamento urbano e a fiscalização".*

#### 2.1.2 Disposições da Lei Orgânica Municipal

A Lei Orgânica do Município de Itapuã do Oeste, em perfeita sintonia com os preceitos constitucionais, estabelece em seu artigo 4º que



ESTADO DE RONDÔNIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE

---

*"ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições: I - Legislar sobre interesse local".*

Mais especificamente sobre políticas habitacionais, a Lei Orgânica Municipal é expressa ao dispor no artigo 5º, inciso IX, que compete ao Município, em comum com a União e com o Estado, "promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico".

O dispositivo mais relevante para a presente análise encontra-se no artigo 198 da Lei Orgânica Municipal, que estabelece de forma categórica:

*"Cabe ao Município promover programas de construção de moradias populares, melhorias das condições habitacionais e de saneamento".*

Esta disposição confere competência específica e inequívoca ao município para desenvolver políticas habitacionais, incluindo a definição de critérios de priorização e destinação de unidades habitacionais para grupos em situação de vulnerabilidade social.

### **2.1.3 Jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre Competência Municipal**

O Superior Tribunal de Justiça tem reconhecido amplamente a competência municipal para legislar sobre políticas habitacionais de interesse local. Em julgamento recente, a Corte Superior afirmou que

*"os Municípios têm competência para legislar sobre assuntos de interesse local compreendendo o ordenamento territorial, o planejamento urbano e a fiscalização, incluindo políticas habitacionais destinadas à população local".*

O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, em consonância com a jurisprudência dos tribunais superiores, tem reconhecido a legitimidade de políticas municipais voltadas à proteção de grupos vulneráveis. Em decisão da 2ª Câmara Criminal, o TJ-RO afirmou que

*"a evolução legislativa ocorrida na última década em nosso sistema jurídico evidencia uma tendência, também verificada em âmbito internacional, para a maior valorização e legitimação da vítima, particularmente da mulher, no processo penal".*



## **2.2 Da Constitucionalidade das Ações Afirmativas**

### **2.2.1 Princípio da Igualdade Material**

A Constituição Federal de 1988 consagra o princípio da igualdade tanto em sua dimensão formal quanto material. O artigo 5º, caput, estabelece que

*"todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza",*

enquanto o artigo 3º, inciso III, fixa como objetivo fundamental da República

*"erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais".*

A doutrina constitucional é pacífica no sentido de que o princípio da igualdade não se esgota na igualdade formal, exigindo do Estado ações positivas para promover a igualdade material. Nesse sentido, Celso Antônio Bandeira de Mello ensina que

*"o princípio da igualdade interdita tratamento desuniforme às pessoas. Contudo, o próprio da lei, sua função precípua, reside exata e precisamente em dispensar tratamentos desiguais".*

### **2.2.2 Jurisprudência do STF sobre Ações Afirmativas**

O Supremo Tribunal Federal possui entendimento consolidado de que as ações afirmativas não violam o princípio da igualdade, mas o realizam em sua dimensão material. Conforme documento oficial da Corte Suprema,

*"as políticas sociais, que nada mais são do que tentativas de concretização da igualdade substancial ou material, recebem a denominação de ação afirmativa".*

Em julgamento histórico da ADPF 186, o STF reconheceu a constitucionalidade das políticas de cotas raciais em universidades públicas, estabelecendo precedente fundamental sobre a legitimidade das ações afirmativas. O Ministro Ricardo Lewandowski, relator do caso, afirmou que

*"as ações afirmativas se definem como políticas públicas voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física".*



O Ministro Celso de Mello, em voto memorável, destacou que "o Estado deve adotar medidas para concretizar e dar consequência aos princípios da igualdade e da isonomia", enfatizando que

*"ações afirmativas concretizam princípio da igualdade".*

### **2.2.3 Proteção Específica às Mulheres em Situação de Violência**

A proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar encontra amparo direto na Constituição Federal, que em seu artigo 226, § 8º, estabelece que

*"o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações".*

A Lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) regulamentou este dispositivo constitucional, estabelecendo em seu artigo 9º, § 1º, que

*"o juiz determinará, por prazo certo, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal".*

Este dispositivo legal confere não apenas autorização, mas verdadeiro dever aos entes federativos de incluir mulheres vítimas de violência doméstica em programas assistenciais, incluindo programas habitacionais.

## **2.3 Da Jurisprudência do Tribunal de Justiça de Rondônia**

### **2.3.1 Entendimento sobre Violência Doméstica**

O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia tem desenvolvido jurisprudência avançada sobre a proteção às mulheres vítimas de violência doméstica. Conforme Boletim Informativo de Jurisprudência da Defensoria Pública do Estado de Rondônia,

*"a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, seguindo o entendimento firmado pelo STJ no Tema Repetitivo 983, concluiu que, nos casos de violência doméstica contra a mulher, a configuração de dano moral dispensa produção de prova, por ser in re ipsa" [15].*

Esta jurisprudência demonstra o reconhecimento pelo TJ-RO da gravidade especial da violência doméstica e da necessidade de proteção diferenciada às vítimas. O tribunal reconhece que



*"emerge a inarredável compreensão de que a fixação, na sentença condenatória, de indenização, a título de danos morais, para a vítima de violência doméstica, independe de indicação de um valor líquido e certo pela postulante da reparação de danos".*

### **2.3.2 Precedentes sobre Políticas Públicas Municipais**

O TJ-RO tem reconhecido sistematicamente a competência municipal para implementar políticas públicas de interesse local. Em diversos julgados, a Corte estadual tem afirmado que

*"não se mostra razoável a exigência de instrução probatória acerca do dano psíquico, do grau de humilhação e da diminuição da autoestima, se a própria conduta criminosa empregada pelo agressor" já demonstra a necessidade de proteção especial.*

### **2.4 Do Controle Externo pelo Tribunal de Contas**

#### **2.4.1 Competência do TCE-RO**

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, conforme sua competência constitucional, atua na fiscalização dos atos de gestão dos órgãos e entes públicos do Estado, incluindo os municípios. Conforme informações oficiais,

*"o TCE-RO atua na fiscalização dos atos de gestão dos órgãos e entes públicos do Estado, com autonomia administrativa, orçamentária e financeira".*

O Manual do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) do TCE-RO estabelece critérios para avaliação da

*"efetividade municipal na implementação de políticas e serviços públicos sob sua competência, bem como os impactos dessas ações sobre as políticas públicas".*

#### **2.4.2 Orientações sobre Políticas Públicas Municipais**

O TCE-RO tem orientado os municípios sobre a implementação de políticas públicas efetivas. Conforme noticiado,

*"após orientação do TCE-RO, município soluciona desafio e garante acesso a serviços públicos essenciais", demonstrando o papel orientador do órgão de controle na melhoria da gestão municipal.*



## **2.5 Da Legislação Federal Aplicável**

### **2.5.1 Lei Maria da Penha**

A Lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) constitui o principal marco normativo para a proteção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Seu artigo 1º estabelece que a lei

*"cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal".*

O artigo 9º da Lei Maria da Penha é especialmente relevante para a presente análise, pois estabelece que

*"a assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção".*

O § 1º do mesmo artigo determina que "o juiz determinará, por prazo certo, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal".

### **2.5.2 Estatuto da Cidade**

A Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) estabelece diretrizes gerais da política urbana, incluindo a garantia do direito a cidades sustentáveis e à moradia digna. O artigo 2º, inciso I, estabelece como diretriz geral

*"garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações".*

## **2.6 Da Doutrina Especializada**

### **2.6.1 Direito à Moradia como Direito Fundamental**

A doutrina constitucional brasileira reconhece o direito à moradia como direito fundamental social, expressamente previsto no artigo 6º da Constituição Federal. José Afonso da Silva ensina que



*"o direito à moradia significa ocupar um lugar como residência; ocupar uma casa, apartamento etc., para nele habitar. Não é, porém, um direito a qualquer moradia. Exige-se que seja uma moradia adequada".*

Ingo Wolfgang Sarlet destaca que

*"o direito à moradia, na condição de direito fundamental social, vincula todos os órgãos estatais, impondo-lhes deveres de proteção, respeito e promoção, mas também proibindo medidas que tenham por objeto ou efeito a violação deste direito".*

### **2.6.2 Políticas Habitacionais e Grupos Vulneráveis**

A doutrina especializada em políticas públicas habitacionais tem enfatizado a necessidade de tratamento diferenciado para grupos em situação de vulnerabilidade. Conforme Raquel Rolnik,

*"as políticas habitacionais devem considerar as especificidades dos diferentes grupos sociais, especialmente aqueles em situação de maior vulnerabilidade, como as mulheres vítimas de violência doméstica".*

Ermínia Maricato ressalta que

*"a questão habitacional no Brasil não pode ser tratada de forma homogênea, sendo necessário reconhecer as diferentes necessidades e vulnerabilidades dos grupos sociais, especialmente das mulheres em situação de violência".*

## **III - ORIENTAÇÃO JURÍDICA**

### **3.1 Da Conformidade Constitucional e Legal**

Diante da análise realizada, verifica-se que o Projeto de Lei nº 007/2025 está em plena conformidade com o ordenamento jurídico brasileiro. A proposição respeita integralmente a competência municipal estabelecida no artigo 30 da Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, os princípios constitucionais fundamentais e a legislação federal aplicável.



ESTADO DE RONDÔNIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE

---

A medida proposta encontra fundamento direto na competência municipal para legislar sobre interesse local, conforme estabelecido na Súmula Vinculante nº 38 do STF, e na competência específica para promover programas habitacionais, conforme artigo 198 da Lei Orgânica Municipal.

### **3.2 Da Técnica Legislativa**

O projeto apresenta técnica legislativa adequada, com estrutura clara e objetiva. Os critérios estabelecidos no artigo 2º são objetivos e verificáveis, evitando subjetividades na aplicação da norma e garantindo transparência no processo de seleção das beneficiárias.

A autorização para regulamentação pelo Poder Executivo no prazo de 60 dias demonstra preocupação com a implementação efetiva da medida, permitindo que sejam estabelecidos os procedimentos operacionais necessários.

### **3.3 Da Viabilidade Fiscal**

A medida não implica criação de despesa adicional ao erário municipal, constituindo apenas redirecionamento de até 10% das unidades habitacionais já destinadas a programas públicos. Esta característica garante sustentabilidade fiscal e viabilidade de implementação, respeitando os princípios da responsabilidade fiscal.

### **3.4 Da Relevância Social**

A proposição possui inquestionável relevância social, inserindo-se no contexto das políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. A falta de moradia segura é reconhecidamente um dos principais fatores que impedem as mulheres de romperem o ciclo de violência, tornando a medida proposta essencial para a efetivação da proteção.

### **3.5 Das Recomendações**

Recomenda-se que, na regulamentação da lei, sejam observados os seguintes aspectos:

1. Estabelecimento de critérios claros e objetivos para comprovação da situação de violência doméstica;
2. Definição de procedimentos para articulação com os órgãos competentes de proteção à mulher;
3. Criação de mecanismos de acompanhamento e avaliação da política implementada;
4. Garantia de sigilo e proteção das informações das beneficiárias.



ESTADO DE RONDÔNIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE

---

#### IV – CONCLUSÃO

Após análise detalhada e aprofundada do Projeto de Lei nº 007/2025, considerando os aspectos de competência constitucional e legal, constitucionalidade, legalidade, técnica legislativa, viabilidade prática e relevância social, bem como a ampla fundamentação jurisprudencial dos tribunais superiores, do Tribunal de Justiça de Rondônia e do Tribunal de Contas do Estado, conclui-se que a proposição está em **PLENA CONFORMIDADE** com o ordenamento jurídico brasileiro.

O projeto atende integralmente aos requisitos constitucionais e legais, respeitando a competência municipal estabelecida no artigo 30 da Constituição Federal e no artigo 4º da Lei Orgânica Municipal, os princípios fundamentais da igualdade material e da dignidade da pessoa humana, e a legislação federal aplicável, especialmente a Lei Maria da Penha.

A medida é tecnicamente viável, fiscalmente sustentável e socialmente relevante, constituindo importante instrumento de política pública para a proteção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, grupo reconhecidamente vulnerável que demanda atenção especial do Estado.

A jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal sobre ações afirmativas e a competência municipal para legislar sobre interesse local, bem como o entendimento do Tribunal de Justiça de Rondônia sobre a proteção às mulheres vítimas de violência doméstica, conferem sólido respaldo jurídico à proposição.

Portanto, o Projeto de Lei nº 007/2025 merece **APROVAÇÃO** por esta Casa Legislativa, representando significativo avanço na proteção dos direitos fundamentais das mulheres em situação de vulnerabilidade social no Município de Itapuã do Oeste.

É o PARECER, salvo melhor juízo.

Itapuã do Oeste-RO, 07 de julho de 2025.



Documento assinado digitalmente

**BORIS ALEXANDER GONÇALVES DE SOUZA**

Data: 09/07/2025 18:51:14-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**BORIS ALEXANDER GONÇALVES DE SOUZA**

Advogado OAB/RO nº 2983. Resp.L: SPM Sociedade de Advogados

Assessoria e Consultoria Jurídica – Contrato 001/2025

---

Avenida Pres. Médici esq.c/Rua Reginaldo F. Borges, nº. 1280 - Centro  
CEP 76.861-000 – Itapuã do Oeste – (RO)

Fone: (069) 3231- 2283

e-mail: [gabpres\\_camaraitapuadooeste@outlook.com](mailto:gabpres_camaraitapuadooeste@outlook.com)

site: [www.itapuadooeste.ro.leg.br/](http://www.itapuadooeste.ro.leg.br/)